

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.127 - MG (2019/0321849-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
SUSCITANTE : A C R COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO APARECIDO DO ESPÍRITO SANTO - SP128484
CARLOS EDUARDO BERNARDES MOREIRA - SP377176
DANIEL CRUZ CASCINO - SP371317
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE EXTREMA - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE POUSO ALEGRE - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE POUSO ALEGRE - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE POUSO ALEGRE - MG
INTERES. : MARIA JOSE MORAES DE SANTANA
INTERES. : CLAUDEMIR RODOLFO DOS SANTOS
INTERES. : AGUEDA LUCILIA MARQUES DAYKO
INTERES. : CICERO PAULO DE SANTANA
INTERES. : EDILANIA RODRIGUES CRUZ FLORENCIO
INTERES. : ELISABETH CUSTODIO MOREIRA
INTERES. : EMERSON BATISTA
INTERES. : FLAVIA MARIA DE SOUZA MONTEIRO
INTERES. : ISAIAS RIBEIRO DA SILVA MOTA
INTERES. : JOAO PAULO ALVES MANOEL
INTERES. : JOSE MENDES DE LUNA
INTERES. : JOSE RENATO PAULINO SILVA
INTERES. : LUCIENE ANDRADE DIAS DE OLIVEIRA
INTERES. : MARCIA APARECIDA PAULA
INTERES. : MARILEIDE HONORATO
INTERES. : ROSIENE GUEDES FEITOSA
INTERES. : RUBENS ROBERTO DA SILVA
INTERES. : SAMANTA PEREIRA
INTERES. : SANDRA APARECIDA DA SILVA
INTERES. : SANDRA REGINA MAIA GROSSO
INTERES. : TAMIRIS HELENA GONCALVES DE GODOI
INTERES. : TATIANE PETRERE SILVA
INTERES. : ZENILDA MARIA DE JESUS
INTERES. : SINDICATO TRABALHAD IND METALURG MECAN MAT ELET EXTREMA
INTERES. : LUCILIA MARIA PEDROSA GARCIA
INTERES. : JEVERSON CARLOS DOS SANTOS
INTERES. : EDINEIDE DOS SANTOS
INTERES. : DIVINO APARECIDO DA SILVA
INTERES. : ASLAN JONES FERREIRA COSTA
INTERES. : AILTON SOARES XAVIER

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **A C R COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o **Juízo de Direito da Vara Cível de Extrema/MG**, no qual se processa sua recuperação judicial (processo n.º 0033438-81.2015.8.13.0251), e os **Juízos da 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Pouso Alegre/MG**, onde tramitam Reclamações Trabalhistas movidas por **Maria José de Moraes Santana e OUTROS**.

Aduz, em resumo, que: **i)** "(...) A empresa Recuperanda, ora suscitante, teve a sua recuperação judicial deferida peal respeitável VARA CÍVEL DA COMARCA DE EXTREMA/MG, sob o n. (...), cujo processo encontra-se em regular tramitação, conforme comprovam os documentos anexos, sendo importante destacar que por expressa decisão do juízo universal, diante da complexidade do feito, houve a suspensão de 180 (cento e oitenta) dias, das execuções civis e trabalhistas, que tramitam contra a Recuperanda." ; **ii)** "(...) apesar da Recuperanda ter informado tal circunstância nos autos dos processos de execução perante a Justiça do Trabalho de Pouso Alegre, este juízo trabalhista, data maxima venia, vem sistematicamente decidindo contrariamente aos dispositivos insculpidos na Lei de Recuperação Judicial, ora ao determinar a intimação da Recuperanda para efetuar os pagamentos de créditos trabalhistas já apurados, sob pena de penhora, ora determinando a penhora direta de bens, ora penhora via BACENJUD, ou ainda, a inclusão no polo passivo das execuções de outras pessoas físicas (sócias da Recuperanda) e mesmo de outras empresas, sob alegação de existência de suposto grupo econômico, o que representa, patente usurpação de competência e afronta ao Juízo Universal."

Requer, assim, liminar a fim de suspender a execução de atos constritivos e, no mérito, pede a declaração de competência do r. juízo da recuperação judicial. (fls. 3/18)

Às fls. 75/76, considerando a dificuldade de análise e condução do feito, associada à premente necessidade de se resguardar o princípio da celeridade processual, este signatário determinou à ora suscitante o **desmembramento** do presente conflito de competência, a fim de que autuado de maneira **individual**, forme incidentes **independentes**, cada qual com seus respectivos pedidos e instruídos, apenas, com os documentos que lhes sejam pertinentes, **sob pena de indeferimento da inicial**.

Às fls. 105/138 e 139/200, a ora suscitante requereu, assim, "(...) seja liminarmente determinada a imediata suspensão de quaisquer atos executórios e expropriatórios notoriamente praticados pelo R. Juízo das MM. Varas do Trabalho de

Superior Tribunal de Justiça

Pouso Alegre MG especialmente no processo nº 0001306-58.2014.5.03.0178."

É o relatório.

Decide-se.

Antes do exame do pedido liminar, determina-se à ora suscitante que junte, em 05 (cinco) dias, a decisão do r. juízo da Vara Cível de Extrema/MG, indicado como juízo suscitado, que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, voltem os autos conclusos.

Brasília, 12 de dezembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator